

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO
GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ
BRUNO VASCONCELOS CARRILHO LOPES

TEORIA GERAL DO PROCESSO

De acordo com

- Novo CPC
- Pacote Anticrime

32^a EDIÇÃO

Revista e atualizada da obra
Teoria Geral do Processo de
Antonio Carlos de Araújo Cintra
Ada Pellegrini Grinover
Cândido Rangel Dinamarco



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



**MALHEIROS
EDITORES**

SUMÁRIO

Prefácio a esta 32ª Edição	7
Prefácio da 1ª Edição – Prof. LUIZ EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL	9

PRIMEIRA PARTE INTRODUÇÃO E PREMISSAS SISTEMÁTICAS

Capítulo I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. teoria geral do processo	27
2. a instrumentalidade do processo, os escopos da jurisdição e o processo de resultados	30
3. as crises jurídicas	32
4. solução de conflitos e as tutelas alternativas	34

Capítulo II – SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA

5. sociedade e direito	42
6. conflitos e insatisfações	43
7. da autotutela à jurisdição	44
8. a função estatal pacificadora (jurisdição)	47
9. meios alternativos de solução de conflitos (pacificação social) ...	48
10. autotutela, autocomposição e arbitragem no direito moderno	53
11. controle jurisdicional indispensável (a regra <i>nulla pœna sine iudicio</i>)	55
12. acesso à justiça pelo processo estatal	57
13. acesso à justiça pelos meios alternativos	60

Capítulo III – O PROCESSO E O DIREITO PROCESSUAL

14. as funções do Estado moderno	62
--	----

15. legislação e jurisdição	63
16. direito material e direito processual	65
17. relações do direito processual com outros ramos do direito	67
18. os institutos fundamentais do direito processual	68
19. linhas evolutivas da ciência processual – um enfoque supranacional	71

Capítulo IV – DENOMINAÇÃO, POSIÇÃO ENCICLOPÉDICA E DIVISÃO DO DIREITO PROCESSUAL

20. denominação	75
21. posição enciclopédica do direito processual	76
22. divisão do direito processual	77

Capítulo V – PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL

23. conceito e delimitação conceitual	79
24. meras regras técnico-processuais não constituem verdadeiros princípios	80
25. os princípios informativos	81
26. a inafastabilidade do controle jurisdicional	81
27. tempestividade da tutela jurisdicional e razoável duração do processo	83
28. igualdade	85
29. contraditório e ampla defesa	88
30. o contraditório e o juiz – o dever de diálogo deste com as partes	89
31. imparcialidade e juiz natural	92
32. imparcialidade, neutralidade e impessoalidade	95
33. publicidade	96
34. motivação das decisões judiciais	99
35. duplo grau de jurisdição	102
36. proporcionalidade	106
37. devido processo legal	107
38. entre os princípios e as meras regras técnicas	109
39. princípio da demanda – o processo inquisitivo e o acusatório	109
40. disponibilidade e indisponibilidade	112
41. a disponibilidade e a regra da livre investigação das provas – as chamadas verdade real e verdade formal	116
42. o impulso oficial	119
43. oralidade	119
44. a persuasão racional do juiz	120
45. a lealdade processual	121
46. economia processual	124

Capítulo VI – DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

47. processo e Constituição	127
48. direito processual constitucional	128
49. tutela constitucional do processo	129
50. acesso à justiça	129
51. a garantia do devido processo legal	130
52. as garantias processuais da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José de Costa Rica)	132
53. as garantias do processo administrativo	135

Capítulo VII – NORMA PROCESSUAL: OBJETO E NATUREZA

54. norma material e norma instrumental	139
55. objeto da norma processual	140
56. natureza da norma processual	141

Capítulo VIII – FONTES DA NORMA PROCESSUAL

57. fontes da norma processual	144
58. a jurisprudência como fonte do direito processual	145

*Capítulo IX – EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL
NO ESPAÇO E NO TEMPO*

59. dimensões da norma processual	149
60. eficácia da norma processual no espaço	149
61. a norma processual no tempo – vigência e eficácia da lei processual – irretroatividade	150
62. a irretroatividade da jurisprudência	154

Capítulo X – INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL

63. interpretação da lei, seus métodos e resultados	156
64. interpretação e integração	158
65. interpretação e integração da lei processual	159

*Capítulo XI – EVOLUÇÃO HISTÓRICA
DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO*

66. continuidade da legislação lusa	161
67. o Regulamento 737	163
68. instituição das normas	164
69. competência legislativa	164
70. reforma legislativa	165
71. o Código de Processo Civil de 1973	166

72. o Código de Processo Civil de 2015	167
73. a reforma processual penal	175
74. a Constituição de 1988 e o direito anterior	178
75. evolução doutrinária do direito processual no Brasil – o papel de Liebman e a tendência instrumentalista moderna	180

SEGUNDA PARTE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Capítulo XII – PODER JUDICIÁRIO: FUNÇÕES, ESTRUTURA E ÓRGÃOS

76. Poder Judiciário – conceito	187
77. funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	188
78. órgãos da jurisdição	190
79. jurisdição una – inexistente no Brasil o contencioso administrativo	191
80. órgãos não-jurisdicionais do Poder Judiciário – o Conselho Nacional de Justiça, as Ouvidorias de Justiça e as Escolas da Magistratura	192

Capítulo XIII – A INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS

81. a independência do Poder Judiciário	194
82. as garantias do Poder Judiciário como um todo	195
83. as garantias e impedimentos dos magistrados	196
84. garantias de independência	196
85. os impedimentos como garantia de imparcialidade	197

Capítulo XIV – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: CONCEITO, CONTEÚDO, COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

86. conceito	199
87. competência legislativa	200
88. o objeto da organização judiciária	201
89. Magistratura	201
90. a estrutura judiciária nacional	203
91. os juízos de primeiro grau de jurisdição	205
92. os órgãos de segundo grau das diversas Justiças	205
93. divisão judiciária	206
94. épocas para o trabalho forense	207

*Capítulo XV – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

95. órgãos de superposição	210
96. Supremo Tribunal Federal: funções institucionais	211
97. graus de jurisdição do Supremo Tribunal Federal	213
98. ingresso, composição e funcionamento (STF)	214
99. Superior Tribunal de Justiça: funções institucionais e competência	215
100. ainda o Superior Tribunal de Justiça – ingresso, composição e funcionamento	216

Capítulo XVI – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS ESTADUAIS

101. fontes	218
102. divisão judiciária – os juízos de primeiro grau	218
103. a carreira da Magistratura: ingresso, vitaliciamento, promoções e remoções	219

Capítulo XVII – ORGANIZAÇÃO DAS JUSTIÇAS DA UNIÃO

104. as Justiças da União	221
105. organização da Justiça Federal (comum)	221
106. organização da Justiça Militar da União	223
107. organização da Justiça Eleitoral	224
108. organização da Justiça do Trabalho	225

Capítulo XVIII – SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

109. órgãos principais e órgãos auxiliares da Justiça	228
110. classificação dos órgãos auxiliares da Justiça	229
111. auxiliares permanentes da Justiça	230
112. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos de encargo judicial)	233
113. auxiliares eventuais da Justiça (órgãos extravagantes)	234
114. fê pública	234

Capítulo XIX – MINISTÉRIO PÚBLICO

115. noção, funções e origens	236
116. Ministério Público e Poder Judiciário	237
117. princípios	239
118. garantias	240
119. impedimentos e mecanismos de controle	241
120. órgãos do Ministério Público da União	242
121. Conselho Nacional do Ministério Público	243

Capítulo XX – O ADVOGADO

122. noções gerais	245
123. Defensorias Públicas	247
124. a Advocacia-Geral da União	248
125. natureza jurídica da advocacia	248
126. a representação pelo advogado – a exigência de procuração	249
127. abrangência da atividade de advocacia e honorários	249
128. deveres e direitos do advogado	250
129. Ordem dos Advogados do Brasil	251
130. exame de Ordem e estágio	253

TERCEIRA PARTE
JURISDIÇÃO

Capítulo XXI – JURISDIÇÃO: CONCEITO
E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

131. conceito de jurisdição	257
132. caráter substitutivo	258
133. escopo jurídico de atuação do direito	259
134. outras características da jurisdição (lide, inércia, definitividade)	260
135. jurisdição, legislação, administração	262
136. os órgãos exercentes da jurisdição estatal	263
137. princípios inerentes à jurisdição estatal	264
138. dimensões da jurisdição	267
139. poderes inerentes à jurisdição	267
140. a jurisdição arbitral	268

Capítulo XXII – ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO

141. unidade da jurisdição estatal	271
142. jurisdição penal ou civil	272
143. relacionamento entre jurisdição penal e civil	272
144. jurisdição especial ou comum	275
145. jurisdição superior ou inferior	276
146. jurisdição de direito ou de equidade	277

Capítulo XXIII – LIMITES DA JURISDIÇÃO

147. generalidades	279
148. limites internacionais	279
149. limites internacionais de caráter pessoal	281
150. limites internos	282

Capítulo XXIV – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

151. administração pública de interesses privados	284
152. jurisdição voluntária	285

Capítulo XXV – COMPETÊNCIA: CONCEITO, ESPÉCIES, CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

153. conceito	289
154. distribuição da competência	290
155. órgãos judiciários diferenciados	291
156. elaboração dos grupos de causas	292
157. dados referentes à causa	292
158. dados referentes ao processo	294
159. atribuição das causas aos órgãos	295

Capítulo XXVI – COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA

160. prorrogação da competência	300
161. causas de prorrogação da competência	302
162. prorrogação da competência e prevenção	303
163. deslocamento da competência	304

QUARTA PARTE
AÇÃO E EXCEÇÃO

Capítulo XXVII – A AÇÃO

164. conceito	309
165. teoria imanentista	309
166. a polêmica Windscheid-Muther	310
167. a ação como direito autônomo	310
168. a ação como direito autônomo e concreto	310
169. a ação como direito autônomo e abstrato	312
170. apreciação crítica das várias teorias	312
171. a doutrina de Liebman	314
172. natureza jurídica da ação	316
173. a ação penal	316
174. condições da ação (teoria geral e processo civil)	318
175. condições da ação (processo penal)	320
176. o interesse de agir como condição da ação	322
177. a legitimidade <i>ad causam</i>	324
178. a legitimidade extraordinária ou substituição processual	324

179. a legitimidade <i>ad causam</i> no âmbito penal	325
180. carência de ação	328
181. a teoria da asserção	328

Capítulo XXVIII – EXCEÇÃO: A DEFESA DO RÉU

182. bilateralidade do processo	331
183. exceção	332
184. natureza jurídica da exceção	333
185. classificação das exceções	335

QUINTA PARTE PROCESSO

Capítulo XXIX – PROCESSO, RELAÇÃO JURÍDICA, CONTRADITÓRIO, PROCEDIMENTO

186. processo e procedimento	339
187. teorias sobre a natureza jurídica do processo	340
188. o processo como relação jurídica	341
189. o processo como situação jurídica	343
190. natureza jurídica do processo	343
191. o processo como procedimento em contraditório	346
192. legitimação pelo procedimento e pelo contraditório	347
193. relação jurídica processual e relação material – autonomia da relação processual	348
194. sujeitos da relação jurídica processual	349
195. objeto da relação processual	351
196. características da relação processual	351
197. pressupostos da relação processual (pressupostos processuais) ...	353
198. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	354
199. início e fim do processo	355
200. diferentes tipos de processo e de procedimento	356

Capítulo XXX – DEMANDA

201. formação do processo – a demanda	361
202. identificação da ação ou da demanda	361
203. partes	362
204. causa de pedir (ou <i>causa petendi</i>) – a teoria da substanciação	363
205. o pedido	364
206. o pedido e o objeto do processo	365
207. classificação das demandas	367

208. relações entre demandas – litispendência, continência e conexidade	368
209. relações entre demandas – prejudicialidade	370
210. cumulação de demandas	372
211. estabilização e alteração da demanda	373

Capítulo XXXI – SUJEITOS DO PROCESSO

212. generalidades	375
213. o juiz	376
214. o conceito puro de <i>parte</i> e o conceito puro de <i>terceiro</i>	377
215. a qualidade de parte	378
216. a aquisição da qualidade de parte	378
217. dualidade das partes	379
218. pluralidade de partes	380
219. litisconsórcio	380
220. intervenções de terceiros	381
221. intervenção voluntária ou coata	382
222. intervenção litisconsorcial voluntária	382
223. intervenção do litisconsorte necessário	382
224. assistência simples ou litisconsorcial	383
225. recurso de terceiro prejudicado	384
226. denúncia da lide	384
227. chamamento ao processo	385
228. sucessão do réu pela parte legítima	385
229. incidente de desconsideração da personalidade jurídica	385
230. <i>amicus curiae</i>	386
231. a tríplice capacidade processual – a capacidade de ser parte, a de estar em juízo e a postulatória	387
232. parte e representante	388
233. sucessão processual e substituição processual	389
234. faculdades das partes – faculdades puras ou não	390
235. ônus das partes	390
236. deveres das partes	391

Capítulo XXXII – ATOS PROCESSUAIS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

237. fatos e atos processuais	393
238. conceito de ato processual	394
239. negócios jurídicos processuais	395
240. classificação dos atos processuais	395
241. atos processuais do juiz (atos judiciais)	396

242. atos dos auxiliares da Justiça	398
243. atos processuais das partes	399
244. atos processuais simples e complexos	400
245. documentação do ato processual	401

Capítulo XXXIII – FORMAS PROCESSUAIS – PROCEDIMENTO

246. o sistema da legalidade das formas	403
247. as exigências quanto à forma	405
248. o lugar dos atos do procedimento	405
249. o tempo dos atos do procedimento	405
250. prazos processuais	405
251. o modo do procedimento e de seus atos	407
252. o modo do procedimento (linguagem): procedimento escrito, oral e misto	408
253. a nova oralidade: o procedimento eletrônico	410
254. ainda o modo do procedimento: o impulso processual	411
255. as preclusões	412
256. o modo do procedimento: o rito e a relativa rigidez e indisponibilidade do processo e do procedimento	414

Capítulo XXXIV – DEFEITOS DO ATO PROCESSUAL

257. inobservância da forma	418
258. nulidade	419
259. a pronúncia da nulidade	420
260. nulidade absoluta e nulidade relativa	422
261. inexistência jurídica do ato processual	423
262. convalidação do ato processual	424

Capítulo XXXV – PROVA

263. o temário geral do direito probatório	426
264. conceito de prova	427
265. direito à prova e suas limitações	428
266. provas ilícitas	428
267. fontes de prova	431
268. meios de prova	431
269. objeto da prova	432
270. destinatário da prova	433
271. ônus da prova	434
272. a inversão do ônus da prova e a distribuição dinâmica desse ônus	436

273. o poder judicial de iniciativa probatória	437
274. valoração da prova	439

Capítulo XXXVI – SENTENÇA E COISA JULGADA

275. conceito de sentença	441
276. espécies de sentenças	442
277. sentença meramente declaratória	442
278. sentença condenatória	443
279. sentença constitutiva	444
280. a tutela jurisdicional em caso de crise de conhecimento	445
281. a proposta de uma classificação quádrupla das sentenças	445
282. custo do processo	446
283. coisa julgada	448
284. a coisa julgada penal	451
285. limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada	452
286. limites subjetivos da coisa julgada	454

Capítulo XXXVII – RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

287. direito ao reexame de decisões	459
288. recursos – três acepções do vocábulo	460
289. mérito do recurso e mérito da causa	461
290. pressupostos de admissibilidade dos recursos	462
291. legitimidade recursal	462
292. legitimidade recursal no processo penal	463
293. interesse recursal	464
294. os pressupostos recursais intrínsecos	466
295. pressupostos positivos	466
296. pressupostos negativos	469
297. juízo de admissibilidade e juízo de mérito – conceitos e distinção – o objeto do juízo de admissibilidade	471
298. juízo de admissibilidade – competência e efeitos	471
299. efeitos dos recursos	472
300. tipicidade e unicidade recursais	476
301. unirrecorribilidade	477
302. apelação	477
303. agravo de instrumento	479
304. o recurso especial e o recurso extraordinário	480
305. o recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos e o inci- dente de resolução de demandas repetitivas	480

306. agravo interno	482
307. embargos de declaração	482
308. recurso ordinário	482
309. agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	483
310. embargos de divergência	483
311. incidente de assunção de competência	483
312. incidente de arguição de inconstitucionalidade (reserva de Plenário)	484
313. os embargos infringentes e de nulidade do processo penal e o julgamento estendido do processo civil	485
314. devolução oficial	485
315. suspensão da tutela provisória	486
316. as demandas autônomas de impugnação às decisões judiciais	486
317. ação rescisória e revisão criminal: objeto	487
318. condições da ação rescisória e da revisão criminal	488
319. o objeto do processo da ação rescisória e da revisão – juízo rescindente e juízo rescisório	489
320. o processo da ação rescisória e da revisão criminal – pressupostos processuais	490
321. diferenças entre rescisão e revisão: prazo decadencial e <i>reformatio in pejus</i> indireta	492
322. mandado de segurança contra atos jurisdicionais	493
323. <i>habeas corpus</i>	495
324. ação anulatória de sentença arbitral	497
325. ação anulatória de atos negociais homologados judicialmente	497
326. <i>querela nullitatis</i>	498
327. reclamação	498
328. arguição de descumprimento de preceito fundamental	499

Capítulo XXXVIII – PROCESSO OU FASE DE CONHECIMENTO

329. o procedimento comum	501
330. a fase postulatória	503
331. a fase ordinatória	504
332. a fase instrutória	505
333. a fase decisória	506

Capítulo XXXIX – EXECUÇÃO, PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

334. execução – conceito geral	507
335. título executivo	508

336. execução civil – conceito e distinções	508
337. o título executivo e a exigibilidade do crédito na execução civil .	509
338. processo de execução (por título extrajudicial) e fase de cumprimento de sentença	510
339. competência para a execução civil	511
340. espécies de execução civil	512
341. liquidação de sentença	512
342. as oposições do devedor (embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e exceção de pré-executividade)	513
343. o cumprimento provisório de sentença	515
344. execução penal	516

Capítulo XL – TUTELA PROVISÓRIA

345. o tempo e os direitos	519
346. as tutelas provisórias no processo civil	520
347. as tutelas de urgência (cautelares ou antecipadas)	521
348. os requisitos fundamentais – <i>fumus boni juris</i> e <i>periculum in mora</i> – cognição sumária	522
349. reversibilidade e revogabilidade	524
350. a estabilização da tutela antecipada	524
351. a tutela da evidência	525
352. competência	525
353. medidas inominadas (atípicas) – o poder geral de cautela e o poder geral de antecipação	526
354. liminares – concessão inaudita altera parte ou após breve justificacão	526
355. antecipação de tutela recursal	527
356. as cautelares no processo penal	527

Capítulo XLI – PROCESSO COLETIVO

357. interesses coletivos	530
358. a dimensão social da defesa dos interesses difusos	531
359. configuração política dos interesses difusos	531
360. necessidade de tutela jurisdicional referente aos interesses difusos ou coletivos	532
361. a tutela jurisdicional dos interesses transindividuais no Brasil	533
362. interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	534
363. legitimidade, eficácia metaindividual da sentença, coisa julgada e outras técnicas dos processos coletivos brasileiros	535

364. coletivização das ações individuais	537
365. um novo processo para o controle jurisdicional de políticas públicas	538

Capítulo XLII – PROCESSO ARBITRAL

366. processo arbitral	540
------------------------------	-----

Capítulo XLIII – TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS

367. conceito e disciplina legal	543
368. o processo dos juizados especiais	544
369. mandado de segurança	546
370. o processo monitório	548
371. processo para o controle abstrato da constitucionalidade das leis	549
372. <i>habeas corpus</i>	550